



Recálculo não basta para dívidas dos estados, dizem especialistas

Participantes de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos defendem auditoria e nova distribuição do Orçamento da União, além da troca de indexadores

Projetos que mudam o cálculo das dívidas de estados e municípios com a União é insuficiente, segundo debatedores ouvidos ontem pelo Senado. Eles

advertem que as dívidas acabam sendo pagas pelo cidadão e registram que, de 1998 a 2012, o indexador dos empréstimos cresceu 728%, enquanto a inflação não passou de 146%. **3**

Economistas apresentam sugestões no debate, coordenado por Cristovam Buarque (5º à esq.)



Lia de Paula/Agência Senado

Comissão pode votar amanhã minirreforma eleitoral **2**

Senadores apontam atraso em estádio para Copa do Mundo **7**

Marcada para dia 18 análise do novo Código Comercial **8**

Renan: prioridade para orçamento impositivo e voto aberto **3**

Meia-entrada está na pauta da Comissão de Educação **6**



Julio Moreira

João Capiberibe (E) e Ivan Valente (D) acompanham ex-presos políticos em visita ao prédio do DOI-Codi em São Paulo

Comissão visita os porões do DOI-Codi

João Capiberibe defendeu a transformação do prédio do antigo DOI-Codi em São Paulo em um centro de memória. O local, que abrigou o núcleo da repressão política no estado durante a ditadura militar, foi visitado pela Subcomissão da

Memória, Verdade e Justiça e por vítimas de torturas, como os jornalistas Moacyr de Oliveira Filho e Antonio Carlos Fon, a advogada Darci Miyaki e o funcionário público Ary Costa Pinto. O senador Eduardo Suplicy também visitou o local. **8**

especial

Cidadania

Novembro Azul alerta para cuidados com a saúde masculina

Congresso aderiu à campanha da Sociedade Brasileira de Urologia, com foco especial no diagnóstico precoce

do câncer de próstata. Preconceito com o exame de toque retal ainda afasta homens dos consultórios. **4 e 5**

Lia de Paula/Agência Senado

Secom | Criação e Marketing

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

É fácil ficar sabendo

O SIC oferece atendimento presencial aos cidadãos que solicitam informação com base na **Lei de Acesso à Informação**. O serviço é realizado de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h30, no Senado Federal – Anexo II – Bloco B, 1º andar.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia

Relator da nova Lei Eleitoral rejeita mudanças da Câmara

Projeto de Romero Jucá será discutido amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça, com relatório de Valdir Raupp, que, em alguns pontos, recomenda o texto original, sem as mudanças feitas por deputados

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA à proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), de Romero Jucá (PMDB-RR), está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Semana passada, a votação foi adiada após pedido de vista coletiva. O relator é Valdir Raupp (PMDB-RO), favorável, em alguns casos, à redação aprovada no Senado.

Raupp rejeitou, por exemplo, a decisão dos deputados de alterar a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995) para

reduzir de 20% para 10% os recursos do Fundo Partidário destinados à criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política. Ele manteve também a decisão anterior dos senadores de considerar propaganda eleitoral antecipada a convocação de redes de radiodifusão pelo presidente da República e pelos presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF) para divulgação de atos caracterizados como

propaganda política ou ataques a partidos políticos e filiados ou instituições.

Uma das mudanças feitas pela Câmara acatada por Raupp refere-se à fiscalização partidária das eleições. Pelo texto aprovado pelos deputados, deverá ser incluído dispositivo na Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) para limitar a dois o número de fiscais de cada partido ou coligação credenciados por seção eleitoral para acompanhar os trabalhos de votação.

Proposta dá a juiz o dever de mandar destruir pirataria

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) examina amanhã o PLC 63/2012, que dá mais poder ao juiz nos processos sobre violação de direito autoral e facilita a apreensão de bens falsificados. Pelo texto, quando o bem apreendido não for considerado de interesse público pela Fazenda Nacional, o juiz passa a ter o dever de determinar

a destruição. Hoje, só o autor pode requerer a destruição da pirataria. O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou substitutivo com sugestões. Os parlamentares devem analisar ainda o PLS 455/2011, de Eduardo Lopes (PRB-RJ), que atribui a todo pai — e não somente ao marido — o direito de contestar paternidade.

Acontece hoje debate sobre direito de greve dos servidores

Foi transferido para hoje o encontro de Romero Jucá (PMDB-RR) com representantes das oito maiores centrais sindicais, que estava previsto para ontem. O objetivo

é discutir a proposta de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, em debate na Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais.



Uma das propostas acatadas pelo relator é limitar o número de fiscais de cada partido a dois por seção eleitoral

Randolfe anuncia projeto para recuperar trajetória de Jango

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) anunciou ontem que, em parceria com Pedro Simon (PMDB-RS), apresentará projeto de resolução do Congresso para reconhecer que o ex-presidente da República João Goulart (1919–1976) estava em território nacional em 1º de abril de 1964.

O senador explicou que a proposta visa considerar nula decisão do então presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, que, na madrugada de 2 de abril de 1964, declarou vaga a Presidência da República, uma vez que João Goulart teria deixado o Brasil. Randolfe afirmou que, naquela data, Jango estava no Rio Grande do Sul, reunido com o Comando do 3º Exército e com o ex-governador daquele estado, Leonel Brizola (1922–2004).

Randolfe pediu que o projeto seja votado até quinta-feira, quando o corpo de Jango chegará a Brasília, onde receberá honras de chefe de Estado.

Ruben Figueiró lembra os sete anos da morte de Ramez Tebet

Presidente do Senado entre 2001 e 2003, Ramez Tebet morreu em 17 de novembro de 2006, quando cumpria o segundo mandato como representante de Mato Grosso do Sul. A trajetória política de Tebet e a amizade que uniram os dois desde a década de 50 foram lembradas ontem por Ruben Figueiró (PSDB-MS), contando que ambos foram colegas no curso de Direito, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. De volta a Mato Grosso do Sul começaram a militar na política pela União Democrática Nacional (UDN). Além da política, Ramez Tebet destacou-se, segundo Figueiró, como promotor público.

— Graças à sua fulgurante inteligência e cultura jurídica, logo tornou-se prefeito de Três Lagoas (MS). Um passo firme levou-o a deputado estadual constituinte em 1979, galgando destaque como relator-geral — contou o parlamentar.

Rolleberg defende eleições diretas para cidades do DF

Citando a prisão na semana passada de dois administradores regionais do Distrito Federal sob a acusação de venda de alvarás de construção, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu ontem mudanças na administração das cidades do DF.

— Esse modelo está falido e nós precisamos buscar alternativas.

Rolleberg lembrou que é autor de uma proposta de emenda à Constituição (PEC 29/2011) prevendo eleições diretas para o cargo, informando que ela pode ser votada no próximo dia 20 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ele propôs também a realização de concursos públicos, já que, hoje, nas administrações, trabalham basicamente funcionários comissionados, que, quando deixam os cargos, levam consigo toda a informação acumulada no período de trabalho.



Corpo será periciado para investigar causa da morte, lembra Randolfe



Senador recordou 50 anos de amizade com Tebet, ex-presidente da Casa



Rolleberg também propôs concurso público para administrações regionais

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Orçamento impositivo**
14h Sessão deve dar continuidade à votação, em primeiro turno, da PEC do Orçamento Impositivo. Também na pauta proposta que determina o voto aberto no Legislativo.
- PRESIDÊNCIA Defensores públicos**
11h O senador Renan Calheiros recebe defensores públicos de Alagoas e Paraíba; às 14h30, participa de reunião da Mesa; às 15h, da bancada do PMDB, no gabinete da liderança do partido; às 16h, preside a ordem do dia; às 18h30, recebe o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e prefeitos de Alagoas.
- CMA Lei dos Portos**
8h30 Audiência pública interativa debate os efeitos práticos da aplicação da Lei dos Portos, com a presença do ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, Antonio Henrique Silveira.
- CAE Perdas no ICMS**
10h Análise de projeto que altera a legislação do ICMS para disciplinar auxílio financeiro da União a estados, Distrito Federal e municípios, compensando perdas resultantes da redução das alíquotas nas operações interestaduais.
- EXECUÇÃO PENAL Atualização**
10h Reunião administrativa da comissão de juristas que tem como objetivo estudar e propor a atualização da Lei de Execução Penal.

- CE Meia-entrada**
11h Na pauta, substitutivo da Câmara a projeto que estabelece as regras para o benefício da meia-entrada para estudantes, pessoas com deficiência, jovens carentes de 15 a 29 anos e a parcela da população com mais de 60 anos.
- CAS Suplementos alimentares**
11h Discussão de denúncias do jornal *O Globo* sobre suplementos alimentares. Entre os participantes, o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano.
- CCJ Punição de menores**
14h Análise da proposta que permite a imputabilidade penal de menores de 18 anos e maiores de 16.
- CPI DA ESPIONAGEM Serpro e Prodasen**
14h Audiência pública com o diretor-presidente do Serpro, Marcos Vinícius Mazoni, e do diretor do Prodasen, Victor Guimarães Vieira.
- CMO Créditos para órgãos públicos**
14h30/18h Exame do Relatório de Receita relativo à proposta orçamentária de 2014 e de projetos que autorizam créditos para diversos órgãos. A reunião ocorrerá no Plenário 2 da Câmara.
- MERCOSUL Cancelamento de agenda**
15h A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul se reúne para tratar do cancelamento dos encontros previstos para ontem e hoje, no Uruguai.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 11h, audiência pública da **Comissão de Assuntos Sociais**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Especialistas: dívidas impedem ações sociais

Redistribuição do Orçamento da União será mais eficiente do que refinanciamento de empréstimos, segundo participantes de debate na Comissão de Assuntos Econômicos

ESPECIALISTAS QUE ONTEM debateram na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a correção das dívidas de estados e municípios concluíram que, em vez de refinar empréstimos, é preciso fazer auditoria e mudar a distribuição do Orçamento da União, permitindo investimento em áreas sociais. Projeto (PLC 99/2013) já aprovado na Câmara, que muda o cálculo das dívidas, será analisado pela CAE e pela Comissão de Constituição de Justiça (CCJ). Boa parte dos debatedores, porém, considera a proposta insuficiente.

A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, apresentou um estudo das resoluções do Senado desde o início da década de 70 até a década de 80: a maioria das resoluções não mostra quem foi o prestador nem a finalidade dos empréstimos.

— Essa conta foi transferida para a sociedade e está sendo paga pelo cidadão — afirmou.

A coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida em Minas Gerais, Eulália Alvarenga, disse que passivos registrados em empresas que



Cristovam (5º à esq.) coordena debate com Perusso, Carmen, Toussaint, Maria Lucia, Rodrigues Júnior, Eulália e Jacundá

já pertenceram ao estado são repassados aos cofres públicos. Ela lembrou que, em 1999, o então governador mineiro, Itamar Franco, chegou a declarar moratória.

— Minas não quer calote. A gente quer pagar a dívida se ela for legal e legítima.

A coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida em São Paulo, Carmen Bressane, também acredita que a dívida termina sendo paga pelos cidadãos e criticou o projeto (PLC 238/2013) que trata de incentivos fiscais e mudanças na Lei de Responsabilidade

Fiscal (Lei 101/2000). Para Carmen, o projeto não representa avanços.

O presidente do Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, Éric Toussaint, disse que os recentes protestos nas ruas trazem um questionamento sobre o uso correto do dinheiro público, comparando gastos com eventos esportivos e serviços públicos como saúde e educação.

Para o primeiro-vice-presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Lirando de Azevedo Jacundá,

uma das maiores dívidas do país é o desperdício, recorrente em obras públicas. Ele criticou os “contratos leoninos” que comprometem os estados.

Para o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Waldery Rodrigues Júnior, é preciso discutir a dívida pública com base em auditoria e cidadania. Ele entende que o poder público deve oferecer mais informações sobre a dívida de cada ente federado.

Amauri Perusso, presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores

dos Tribunais de Contas do Brasil, cobrou a retroatividade do IPCA. Hoje, as dívidas são indexadas pelo IGP-DI. A mudança pode representar queda de até 50% nos juros, segundo ele.

— De 1998 até 2012, o indexador definido contratualmente, o IGP-DI mais 6% de juros ao ano, cresceu 728% e a inflação do período medido pelo IPCA, não ultrapassou 146% — explicou Perusso.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu a audiência, disse que a maior dívida de estados e municípios é o analfabetismo, mas admitiu a importância de debater a dívida financeira. Ele foi um dos senadores que assinaram o requerimento para a reunião sobre o tema, com Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo Suplicy, quando os estados e municípios tiverem que gastar menos com a dívida, vai sobrar mais dinheiro para saúde, educação e segurança. Ele disse esperar que sobre recursos para a renda básica de cidadania. Para Luiz Henrique (PMDB-SC), o quadro só vai mudar com um novo pacto federativo.

Renan quer acelerar análise de duas emendas à Constituição

O presidente do Senado, Renan Calheiros, vai propor um acordo de procedimento no Plenário



Waldemir Barreto/Agência Senado

para acelerar a votação de duas propostas que modificam a Constituição. Uma vai obrigar o governo federal a liberar os recursos de emendas parlamentares incluídas no Orçamento da União. A outra prevê o fim do voto secreto em todas as votações no Legislativo.

Para terminar a primeira fase de análise da chamada PEC do Orçamento Impositivo (22A/2000), os senadores precisam votar emenda de Cícero Lucena (PSDB-PB) que eleva o percentual de aplicação na área da saúde para 18% da receita corrente líquida (RCL) nos próximos quatro anos. Após o fim do primeiro turno, a PEC precisa passar por três sessões de discussão e mais uma votação, em segundo turno.

O próximo item da pauta é a PEC 43/2013, que determina o voto aberto para todas as decisões do Legislativo.

Orçamento impositivo eleva recursos para estados, diz consultor

A PEC do Orçamento Impositivo, que torna obrigatória a execução das emendas parlamentares ao Orçamento da União, trará mudanças significativas ao processo de gestão orçamentária no país, disse à TV Senado o consultor de orçamentos da Casa Luís Otávio Barroso.

Ele destacou os aspectos fundamentais na proposta. O primeiro é que, como hoje o governo federal deixa de executar parte das despesas incluídas na lei orçamentária pelos congressistas, a aprovação da PEC aumentará a aplicação de recursos federais nos estados e municípios.

Barroso também ressaltou que a obrigatoriedade, se de fato for incorporada ao texto constitucional, deverá ser adotada também nos orçamentos de cada estado e de cada município.

O consultor disse que a PEC produz uma “modificação substancial na relação entre os parlamentares e o Poder Executivo”, já que tira do governo a liberdade para executar ou não as despesas incluídas nos orçamentos públicos pelo Poder Legislativo. Se passar no Senado, a PEC será novamente votada pela Câmara.

Comissão mista vota hoje reestimativa de receita para 2014

A Comissão Mista de Orçamento deve votar hoje o Relatório da Receita da proposta de Lei Orçamentária Anual (PLN 9/2013). O parecer de Eduardo Amorim (PSC-SE) aumenta a receita primária líquida para o Orçamento de 2014 em R\$ 12,1 bilhões.

Na proposta de Orçamento para 2014 enviada pelo Executivo, a receita primária líquida, que engloba tudo o que o governo arrecada, depois de descontadas as transferências para os estados e municípios, estava estimada em R\$ 1,08 trilhão. Com a reestimativa, sobe para R\$ 1,092 trilhão.

Segundo o senador, o aumento de 1,1% deve vir principalmente das receitas não administradas — como as decorrentes de concessões, dividendos de empresas estatais e royalties do petróleo.

Também estão na pauta projetos de crédito orçamentários. O de maior valor é o PLN 32/2013, que libera R\$ 839,6 milhões para reforçar o orçamento de ministérios.

Jarbas critica governo e defende Lei de Responsabilidade Fiscal

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse ontem que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF — Lei 101/2000) é



Waldemir Barreto/Agência Senado

“o terror do mau administrador” e lamentou que, desde a aprovação da lei, ela venha sendo atacada pelo PT e por alguns dos aliados do partido.

O senador lembrou que antes do Plano Real (1994), estados e municípios eram sócios da inflação, pois o poder público podia recorrer à correção monetária. Com a estabilização, “essa droga” parou de fluir. Para o senador, flexibilizar a LRF é premiar o mau gestor.

— Populismo fiscal é caminho para levar União, estados e municípios à bancarrota.

O senador também criticou o Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral, que “ficam calados” diante da situação. Disse que a “gerentona de ficção” colocou a Petrobras em situação de dificuldade e não vê a realidade da inflação. Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o discurso do colega.

Alvaro ressalta importância do TCU no combate à corrupção

Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou ontem a importância do Tribunal de Contas da União (TCU) para



Waldemir Barreto/Agência Senado

o combate à corrupção. Segundo o senador, os prejuízos anuais para os cofres públicos por conta de práticas corruptas giram entre R\$ 80 bilhões e R\$ 500 bilhões.

— O que seria do Brasil sem o Tribunal de Contas da União, sem essa fiscalização competente, evidentemente limitada em função da escassez de instrumentos, inclusive com o quadro de pessoal reduzido, que tem contribuído extraordinariamente para inibir o processo de corrupção na administração pública brasileira? — questionou.

Alvaro disse que a presidente Dilma Rousseff tenta limitar ou desacreditar as ações do TCU, prática que teria ocorrido, segundo ele, também no governo do ex-presidente Lula.

No início do mês, lembrou o senador, o TCU recomendou a paralisação de sete obras do governo federal com indícios de irregularidades graves.

Senado e Câmara aderiram à campanha nacional que quer alertar os homens com mais de 50 anos da necessidade de visitar regularmente o urologista e fazer os exames de prevenção do câncer de próstata. Preconceito com o exame de toque retal ainda afasta os pacientes dos consultórios, apesar do alto índice de cura da doença quando precocemente detectada

Novembro Azul ilumina o Congresso e alerta para barreiras do preconceito

André Falcão

O PALÁCIO DO Congresso Nacional está iluminado de azul neste mês de novembro. Senado e Câmara aderiram à campanha Novembro Azul, que tem como objetivo alertar a população sobre a necessidade de cuidar de problemas específicos de saúde que atingem os homens, especialmente o câncer de próstata.

A campanha é uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) e do Instituto Lado a Lado pela Vida, organização da sociedade civil de interesse público que atua pela humanização da saúde e pela atenção integral ao cidadão. O mês foi escolhido pois em 17 de novembro se comemora o Dia Mundial de Combate ao Câncer de Próstata.

Segundo o presidente da SBU, Aguinaldo César Nardi, a falta de informação associada ao preconceito afasta os homens dos consultórios.

— Uma pesquisa feita nas capitais brasileiras em 2009 mostrou que 80% dos homens não vão ao médico por preconceito. Outra pesquisa, deste ano, aponta que praticamente metade dos homens nunca foi ao urologista — conta Nardi.

As estimativas da SBU indicam que um em cada seis homens desenvolverão câncer de próstata. A boa notícia é que esse tipo de câncer, quando diagnosticado no início, tem cura em 90% dos casos. Aguinaldo Nardi adverte, no entanto, que 30% dos pacientes da rede pública e 20% da rede privada, quando recebem o diagnóstico, já estão em estágio avançado da doença, o que pode causar a morte ou demandar tratamentos mais severos, que podem comprometer a qualidade de vida do indivíduo.

Conscientização

No dia 4, o Congresso promoveu uma sessão solene em homenagem ao movimento Novembro Azul, por iniciativa da senadora Ana Amélia (PP-RS) e da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES). No discurso, Ana Amélia lamentou o crescimento do número de mortes por câncer de próstata no Brasil, que passou de 3,73 para cada 100 mil homens, em 1979, para 8,93 em cada 100 mil homens em 1999. Um aumento de 139%.

— Essa estatística certamente seria outra, inversamente a esses dados de crescimento, se a prevenção fosse levada a sério não

só pelos homens, que têm que cuidar primeiro de sua saúde... Eu costumo dizer que o homem cuida mais do seu automóvel, leva na revisão periodicamente, mas não faz a sua revisão de saúde como deveria fazer — disse a senadora.

Ana Amélia ressaltou a importância do papel das mulheres em convencer os homens a fazer os exames preventivos e quebrar o preconceito em relação ao exame de próstata.

— A sessão de hoje é a prova da preocupação das mulheres, tendo sido proposta por duas parlamentares — lembrou.

O senador Waldir Raupp (PMDB-RO) destacou que os pacientes de câncer de próstata estão entre os maiores beneficiados pelo diagnóstico precoce, que pode, de fato, significar a diferença entre a vida e a morte, assim como nos casos de câncer de mama.

— Vejo que as mulheres estão indo mais atrás dos exames precoces, e os homens precisam realmente de um alerta e é este Novembro Azul que vai fazer isso — afirmou Raupp.

Relatando a própria experiência como médico no tratamento de pacientes com câncer, o senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

lembrou que o câncer de próstata é silencioso e assintomático e que a prevenção ainda é o melhor dos remédios.

— Daí a importância de uma campanha dessa magnitude em que se chama a atenção não apenas para a importância de exames periódicos, mas, sobretudo, aos fatores de risco, tais como a idade e, principalmente, a dieta nos nossos dias — disse o senador, citando estudos que mostram que dietas com base em gordura animal, carne vermelha, embutidos e cálcio têm

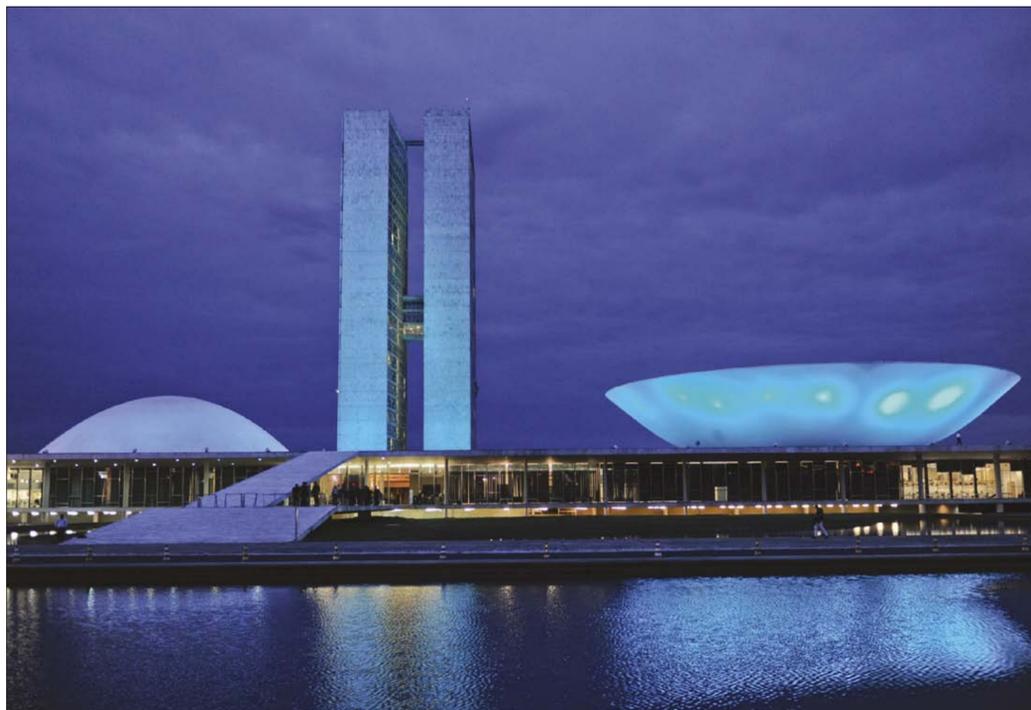
sido associadas ao aumento do risco de câncer de próstata.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou o engajamento da instituição na campanha Novembro Azul.

— Que o azul de novembro ilumine as atitudes e mentalidades de todos os brasileiros, deixando de lado tanto a displicência pelos cuidados com a saúde, que pode levar muitos anos de vida perdidos, quanto os preconceitos que embotam a tomada de consciência sobre as possibilidades de prevenção.



Raupp (D) lembra que o diagnóstico precoce pode ser a diferença entre a vida e a morte



Fachada do Palácio do Congresso ganha iluminação especial na cor azul em adesão à campanha de conscientização do homem brasileiro quanto aos cuidados com a saúde



Ana Amélia lamenta número de mortes evitáveis pela prevenção, a que Eduardo Amorim chamou de o melhor dos remédios



Waldir Raupp lembra que o diagnóstico precoce pode ser a diferença entre a vida e a morte

A cada ano, ocorrem 60 mil novos casos de câncer de próstata

A próstata é uma glândula do sistema reprodutor masculino, que produz e armazena parte do sêmen, líquido que envolve os espermatozoides e é liberado no ato sexual.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens no Brasil, atrás apenas do câncer de pele. A cada ano são registrados cerca de 60 mil novos casos. Em 2011, foram registrados 13.129 mortes por esse tipo de câncer, que representa uma mortalidade de cerca de 20%, ou um caso a cada cinco casos.

Em valores absolutos, é o sexto tipo mais comum no mundo e o mais prevalente em homens, representando cerca de 10% do total de cânceres. A taxa de incidência é cerca de seis vezes

maior nos países desenvolvidos em comparação aos países em desenvolvimento.

Ainda segundo o Inca, mais do que qualquer outro tipo, é considerado um câncer da terceira idade, já que cerca de três quartos dos casos no mundo ocorrem a partir dos 65 anos. O instituto também considera que

o aumento observado nas taxas de incidência no Brasil pode ser parcialmente justificado pela evolução dos exames, pela melhoria dos sistemas de informação do país e pelo aumento na expectativa de vida.

Embora as causas do câncer de próstata não estejam totalmente esclarecidas, há alguns fatores

que ajudam no surgimento da doença. Um deles é alimentação rica em carnes vermelhas, frituras, embutidos (como salsichas, mortadela, presunto e salame) e gorduras. Optar por uma alimentação balanceada e praticar exercícios físicos regularmente são recomendações importantes para prevenir a doença.

Os números da doença



Fonte: Movimento Novembro Azul

Boa nutrição ajuda a diminuir risco

A redução do consumo de carnes vermelhas, de gordura, de bebidas alcoólicas, de cigarros e a prática de exercícios físicos são recomendadas como medidas preventivas. Pesquisadores sugerem que uma dieta com grandes quantidades de licopeno (presente nos tomates), vitamina E (encontrado em óleos vegetais e nozes), vegetais crucíferos (como brócolis, repolho, couve-flor, couve-de-bruxelas) e selênio (encontrado nas oleaginosas como castanha-do-pará, sementes de girassol, abóbora e gergelim) podem reduzir o risco da doença.

- ALIMENTOS PRIMORDIAIS NA DIETA PARA PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM CÂNCER DE PRÓSTATA**
- ▶ Opte por uma **alimentação variada**. Somente dessa forma conseguirá obter todas as vitaminas e minerais que as diferentes frutas e vegetais contêm
 - ▶ Aposte nas **cores diversificadas**
 - ▶ Mantenha seu **IMC** (índice de massa corpórea) dentro dos limites da normalidade para sua idade
 - ▶ Evite **bebidas alcoólicas**
 - ▶ Tente reduzir as práticas ou alimentos que não são saudáveis, como a quantidade de **açúcar** que adiciona nas bebidas, doces, refrigerantes e as gorduras saturadas. Uma vez ou outra não é proibido, mas você deve se habituar a fazer disso uma exceção
 - ▶ Reduza o **sal**, evite o uso de **temperos prontos** e cuidado com alguns **alimentos processados** que contêm grande quantidade de sódio, que é parte do sal. Tente usar outros temperos como pimentas, orégano, salsinha
 - ▶ Coma mais **frutas e vegetais** — 5 porções, todos os dias. Uma porção é, aproximadamente, o tamanho da palma da mão ou 80 g
 - ▶ Não exclua nenhum **grupo de alimentos** da dieta, cada um tem um papel importante na alimentação. Exemplo: não vale a pena restringir os pães ou as massas ou produtos lácteos
 - ▶ Beba de 6 a 8 copos de **líquidos** por dia. Isso inclui qualquer bebida, não apenas água, mas chás e sucos naturais

Fonte: Câncer de Próstata: um toque de conscientização. Instituto Lado a Lado pela Vida

Visita regular ao urologista é a melhor medida

Apesar da grande importância como problema de saúde pública e do alto índice de cura em casos detectados precocemente, o câncer de próstata não tem um protocolo simplificado para o diagnóstico. Por isso mesmo, é indispensável a consulta a um médico especializado, que poderá avaliar o resultado dos exames disponíveis e recomendar outros complementares.

Como explicam os especialistas do Instituto Lado a Lado pela Vida, o diagnóstico do câncer de próstata pode ser feito a partir de dois exames básicos: o toque retal, para avaliar o volume da glândula e a presença de nódulos suspeitos, e o PSA (Prostatic Specific Antigen), por meio da coleta de sangue.

No entanto, ter um desses

exames alterados não significa que se tem câncer. Do mesmo modo, ter esses exames normais não significa que não se tem câncer. Cerca de 20% dos homens com câncer de próstata sintomático apresentam um PSA normal. A maioria dos cânceres de próstata não causa sintomas até que atinjam um tamanho considerável. Dependendo da região da próstata, o câncer também pode não ser palpável pelo toque retal. Os dois exames são feitos de modo complementar.

O toque retal identifica outros problemas além do câncer de próstata e é mais sensível em homens com algum tipo de sintoma. O nível do PSA tende a aumentar com o avanço da idade. Cerca de 75% dos homens com aumento de PSA

não têm câncer de próstata. Para confirmar o diagnóstico de câncer, é indispensável uma avaliação médica detalhada e criteriosa.

Este ano, a Sociedade Brasileira de Urologia passou a recomendar o exame de toque retal a partir dos 50 anos para homens sem casos na família e aos 45 anos para homens com casos na família, negros ou obesos.

O mais importante é lembrar que a ida anual ao urologista é essencial. E para vencer o preconceito contra o exame de toque retal, basta considerar as vantagens da detecção precoce para a cura.

— Queremos que os homens ponham uma luzinha azul na cabeça, como um lembrete — diz Aguinaldo Nardi, da SBU.

Política de saúde do homem já foi aprovada

O Senado aprovou em setembro deste ano projeto de lei da senadora Ângela Portela (PT-RR) que institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do SUS. De acordo com a proposta (PLS 241/2013), a política será mantida em caráter permanente e abordará prevenção, detecção precoce, diagnóstico e tratamento de doenças que acometem a população masculina. Ângela Portela ressaltou a necessidade de transformar em política de Estado a atenção integral à saúde do homem.

Para Aguinaldo Nardi, da SBU, a questão do acesso a serviços especializados é um problema que precisa ser enfrentado no

Brasil. Segundo o médico, a SBU entregou ao Ministério da Saúde proposta de criação de centros de referência em saúde do homem, que inclui a contratação de mais urologistas.

— A política tem que ser assertiva, sair do papel e oferecer assistência — afirmou Nardi, lembrando que a atenção à saúde masculina envolve, além das doenças da próstata, o planejamento familiar, os cálculos renais e as disfunções eréteis.

Outro projeto que procura incentivar a prevenção ao câncer é de Waldir Raupp (PMDB-RO). O PLS 233/2006 altera a Consolidação das Leis do Trabalho para permitir que o empregado, ou a empregada, afaste-se do

serviço, sem prejuízo do salário, para fazer exame de câncer de mama, útero ou próstata.

— A medida, se aprovada, representará a salvação de milhares de vidas e a economia de centenas de milhares de reais em tratamentos no serviço público de saúde, com uma contrapartida bastante razoável dos empregadores: a concessão de um dia de folga, uma vez por ano, para apenas alguns de seus empregados, mulheres e homens em idade de risco — argumenta Raupp.

Ambos os projetos estão aguardando aprovação da Câmara, que no dia 5 lançou a Frente Parlamentar de Atenção Integral à Saúde do Homem.



Ângela Portela defende no Senado a necessidade de transformar a atenção integral à saúde masculina em política de Estado

Saiba mais

Página Novembro Azul, da Sociedade Brasileira de Urologia, no Facebook
<https://www.facebook.com/SociedadeBrasileiraUrologia>

Projeto da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do SUS
<http://bit.ly/PLS241>

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www12.senado.leg.br/jornal/cidadania

Em debate, meia-entrada e prova para médicos

Comissão de Educação analisa hoje projetos que estabelecem descontos em espetáculos para jovens e idosos e a criação de um exame nacional para recém-formados em Medicina exercerem a profissão

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) analisa hoje substitutivo da Câmara ao projeto do ex-senador Eduardo Azeredo (PLS 188/2007) que estabelece regras para meia-entrada de estudantes, pessoas com deficiência, jovens carentes de 15 a 29 anos e para quem tem mais de 60 anos.

O desconto pode valer para espetáculos artístico-culturais e esportivos. A meia-entrada, de acordo com o texto, fica restrita a 40% dos ingressos de cada evento e não vale para Copa e Olimpíadas.

Também pode ser votado o projeto que cria o Exame Nacional de Proficiência em Medicina. Se a proposta (PLS 217/2004) apresentada pelo ex-senador Tião Viana virar lei, os conselhos regionais de Medicina só poderão dar registros aos médicos aprovados. O autor argumenta que é necessário “instituir um filtro entre a diplomação e a prática profissional como forma de impedir que médicos pouco



Jovens carentes com menos de 29 anos terão meia-entrada, segundo projeto

qualificados exerçam a profissão e coloquem em risco a saúde da população”.

Outra proposta estimula estados, municípios e o Distrito Federal a firmarem convênios para qualificação profissional de estudantes do ensino superior beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que estejam desempregados. O projeto (PLS 9/2010) de Renan Calheiros (PMDB-AL) cria uma bolsa qualificação que pode ser de R\$ 678 para 20 horas semanais

ou de R\$ 1.356 para 40 horas.

A CE pode votar ainda projeto (PLS 518/2009) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base. De acordo com a proposta, o ensino superior passará aos cuidados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Cristovam justifica a necessidade da alteração observando que o governo federal tem dado mais importância ao 3º grau do que à educação básica.

Peso em mochilas chega à votação final

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar amanhã, em decisão final, projeto (PLC 66/2012) que estabelece limite de peso a ser carregado nas mochilas dos estudantes. Pelo texto, o material escolar deve corresponder a, no máximo, 15% do peso do aluno.

A relatora, Ângela Portela (PT-RR), apresentou

substitutivo acrescentando a obrigatoriedade de as escolas fornecerem armários aos estudantes. Ela acredita que a necessidade é ainda maior nas escolas que recebem alunos em tempo integral.

O autor, deputado Sandes Júnior (PP-GO), alerta para os problemas gerados pelo excesso de peso e informa

que, segundo a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, de 60% a 70% dos problemas de coluna na fase adulta são causados por sobrecarga e esforços repetitivos.

Se a proposta for aprovada na CAS e não houver recurso para votação no Plenário, voltará para a Câmara porque foi alterada pelo Senado.

Consórcio para contratar empregados

Pessoas físicas poderão ser autorizadas a formar consórcio para contratar trabalhadores no meio urbano. É o que prevê projeto de lei (PLS 478/2012) de autoria de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A matéria será apreciada

pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, se não houver recurso para votação em Plenário, segue direto para a Câmara dos Deputados.

O relator do projeto, Sérgio Souza (PMDB-PR), alterou a proposta, argumentando que não é possível aplicar o modelo de consórcio de

empregadores do meio rural — objetivo do texto de Rollemberg — para o urbano, “tamanho a discrepância fática entre as situações”. Entretanto, argumentos favoráveis, tanto da Justiça trabalhista quanto de Rollemberg, acabaram convencendo o relator a votar pela aprovação com ajustes.

Cristovam Buarque aponta qualidade ruim no ensino básico

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou ontem, em Plenário, a qualidade ruim da educação básica. Ele mencionou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o recente relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que aponta escassez de mão de obra qualificada na construção civil. Ele criticou a falta de política governamental para resolver o problema.

Segundo o parlamentar, a precariedade do ensino básico faz com que empresas de construção civil tenham custos maiores para investir na formação de mão de obra, gerando aumento de



Senador adverte que o problema no ensino afeta o mercado de trabalho

preços e do custo Brasil.

— Mais uma vez, alerta para o fato de que o futuro é feito se a escola de hoje for feita. E que a economia estava bem, mas ia mal. Eu alertei, escrevi, publiquei, falei, e o alerta não foi ouvido — disse Cristovam.

Comissão discute adulterações de suplementos alimentares

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje audiência pública sobre as denúncias de distorções nas fórmulas de suplementos alimentares e o uso desses produtos por atletas. A CAS ouvirá o empresário Felix Bonfim, autor das denúncias; o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano; o diretor do Instituto de Defesa do Consumidor (Procon) do Rio Grande do Sul, Cristiano Aquino; o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; e o médico Mauricio Milani.

Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou que decidiu pedir a



Cícero Lucena pediu a audiência para esclarecer denúncias

audiência a partir de denúncia do jornal *O Globo* de 18 de agosto, que publicou os resultados de análise pedida por Felix Bonfim dando conta de que 53% dos suplementos estão fora dos parâmetros descritos nos rótulos.

Empresas terão que adaptar 5% dos táxis para cadeirantes

Empresas e cooperativas de táxi com 20 ou mais veículos terão que adaptar pelo menos 5% da frota para pessoas com deficiência. É o que determina o PLS 12/2012, que está na pauta de amanhã da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Sérgio Souza (PMDB-PR), autor da proposta, argumenta que os benefícios fiscais concedidos na aquisição de táxis devem ser revertidos à sociedade. Ele

acrescenta que os cadeirantes preferem fazer deslocamentos, sempre que possível, sem a necessidade de ajuda ou de sair das cadeiras de rodas. “Isso porque eles querem se sentir produtivos e capazes de gerir suas vidas. É importante que haja táxis adaptados para esses brasileiros”, defende. Depois da CI, a proposta segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

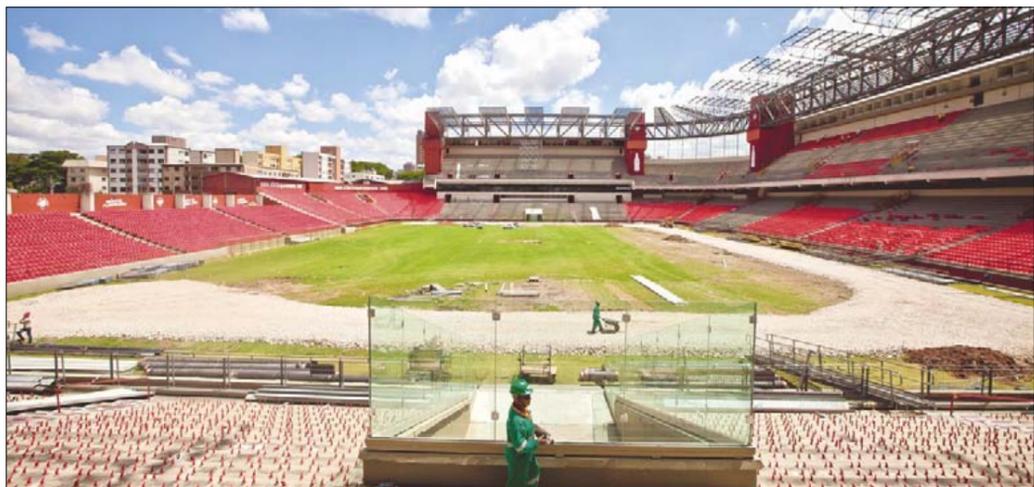
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Obras na Arena da Baixada: estádio do Atlético Paranaense vai custar R\$ 265 milhões e a capacidade será de 42 mil pessoas

Senadores visitam obras da Copa em Curitiba

Estádio do Atlético Paranaense tem entrega prevista para o mês que vem, mas está atrasado. Integrantes de subcomissão, porém, acreditam que ficará pronto antes do Mundial de futebol

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE de Acompanhamento da Copa do Mundo e das Olimpíadas visitou ontem instalações em Curitiba. O colegiado é vinculado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Sérgio Souza (PMDB-PR), presidente da subcomissão, e Blairo Maggi (PR-MT) foram ao estádio do Atlético Paranaense, que vai ser palco de jogos da Copa. A Arena da Baixada

tem entrega prevista para o mês que vem e está sendo reformada por meio de parceria entre o clube, o estado e a prefeitura, com empréstimo do BNDES. O estádio vai custar R\$ 265 milhões e terá capacidade para 42 mil torcedores. O clube garante que 82% da obra foi executada. Os senadores observaram que a obra está atrasada, mas acreditam que tudo ficará pronto até a Copa.

A comissão visitou o Centro de Controle Operacional da

cidade para conhecer o sistema de acompanhamento do tráfego e do transporte público. Também estiveram na programação visitas a obras em viadutos e no aeroporto. O Viaduto Estaiado está orçado em R\$ 95 milhões, faz parte do PAC da Copa e tem previsão de entrega até o Natal.

Blairo disse que a Copa é uma oportunidade para realizar obras que os cidadãos vão herdar depois do Mundial de futebol.

Audiência debate gerenciamento da água

A Comissão de Infraestrutura (CI) debate amanhã, em audiência, a Política Nacional de Recursos Hídricos. O painel abre o 6º ciclo de debates que tem como tema central “Água: gerenciamento e utilização”. Cidadãos de todo o Brasil podem participar pela internet ou por telefone (veja ao lado).

Foi convidado para o debate o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo. A audiência pública também contará com a participação dos integrantes da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, que integra a CI.

PARTICIPE AMANHÃ ÀS 7h30

- ▶ **Tempo real:** www.senado.gov.br/alosenado
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211



A Política Nacional de Recursos Hídricos, tema de audiência pública na CI, pretende reduzir efeitos da estiagem

Vanessa: apagões em Manaus continuam

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou ontem explicações da empresa Eletrobras Amazonas Energia sobre os apagões em Manaus no final de semana. De acordo com a senadora, os esclarecimentos prestados pela empresa, atribuindo o problema às fortes chuvas, intensas rajadas de vento e descargas elétricas, não são suficientes para explicar o problema, já que, na

região, as chuvas fortes são diárias durante seis meses por ano.

Vanessa informou que o problema é recorrente e que, em resposta a um requerimento dela, no ano passado o Ministério de Minas e Energia havia garantido que estava investindo recursos suficientes para pôr fim aos apagões.

A parlamentar anunciou também que encaminhará

requerimento à estatal visando esclarecer o motivo dos cortes de energia.



Eletrobras prometeu fim das quedas de energia, diz Vanessa Grazziotin

Plantio de cana na Amazônia Legal será examinado amanhã

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisa amanhã projeto que permite cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, nas áreas já desmatadas de floresta e nos trechos de Cerrado e Campos Gerais. Pelo PLS 626/2011, o plantio nessas regiões deverá priorizar proteção ao meio ambiente, conservação da biodiversidade, utilização racional dos recursos naturais e respeito ao trabalhador rural e à livre concorrência.

O autor, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), quer ampliar as áreas de cultivo de cana, para estimular a produção de etanol e possibilitar o atendimento às demandas pelo combustível. O relator, Ivo Cassol (PP-RO), considera que o plantio nas áreas desmatadas e de Campos Gerais

e de Cerrado da Amazônia é estratégica para a Região Norte. O projeto já havia sido aprovado pelas Comissões de Agricultura (CRA), Desenvolvimento Regional (CDR) e de Meio Ambiente (CMA) e tramitava em Plenário, onde recebeu emenda e requerimento para exame pela CCT e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Estão na pauta renovações de permissões e concessões a 21 emissoras de radiodifusão em Santa Catarina, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraíba, Mato Grosso, Pará, Goiás, Maranhão, Amapá, Bahia, Paraná, Espírito Santo, Rondônia e Minas Gerais, além do PLC 28/2011, que define as lan houses como centros de inclusão digital (CIDs).



Segundo Flexa Ribeiro, cultivo de cana pode estimular a produção de etanol

Jorge Viana comemora início dos novos cadastros rurais

Jorge Viana (PT-AC), um dos relatores do projeto que deu origem ao novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), comemorou ontem o início da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA), previstos na lei.

O CAR é um registro eletrônico nacional de todos os imóveis rurais, com o objetivo de integrar as informações ambientais para controle, planejamento ambiental e econômico, além de combater o desmatamento. O CAR, disse o senador, será importante para superar a insegurança jurídica dos produtores. O PRA, por sua vez, é considerado um dos mais

importantes itens, pois permitirá a solução dos passivos ambientais dos produtores.

— Esses instrumentos vão permitir o primeiro grande recadastramento rural do país — disse o parlamentar, lembrando os que criticaram a nova lei, apostando no aumento do desmatamento. No entanto, aponta Viana, os índices de desmatamento são cada vez menores.



Cadastramento permite controlar e planejar, afirma Jorge Viana

Cidadãos podem participar de discussão sobre Lei dos Portos

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) debate hoje, em audiência pública, a implantação da Lei dos Portos (Lei 12.815/2013). A participação é aberta a pessoas de todo o Brasil, por meio de telefone e internet (confira quadro ao lado), com envio de perguntas aos participantes.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMALeiDosPortos>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasLeiDosPortos>
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Parlamentares querem transformar em centro de memória o prédio do DOI-Codi em São Paulo, onde, durante a ditadura militar, foram mortas pelo menos 52 pessoas, inclusive o jornalista Vladimir Herzog

Subcomissão da Verdade visita centro de repressão

O ANTIGO PRÉDIO do DOI-Codi na Rua Tutoia, em São Paulo, onde funcionou o centro de repressão política no estado durante a ditadura militar, foi visitado ontem pela Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, presidida por João Capiberibe (PSB-AP). Além de Capiberibe, a diligência contou com os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e os deputados federais Luiza Erundina (PSB-SP) e Ivan Valente (PSOL-SP). Eles foram guiados pelo jornalista Moacyr de Oliveira Filho, pelo funcionário público Ary Costa Pinto, pelo jornalista Antonio Carlos Fon e pela advogada Darci Miyaki, todos presos e torturados no DOI-Codi.

— Este local precisa ser transformado em centro de memória — disse Capiberibe, lembrando que lá foram assassinadas pelo menos 52 pessoas, incluindo o jornalista Vladimir Herzog, em 1975.

O senador informou que serão visitados outros locais que foram centros de tortura, como a Base Área do Galeão, no Rio de Janeiro. Disse que nada,



Capiberibe (D) e Erundina acompanham o jornalista Moacyr no prédio do DOI-Codi

porém, supera o DOI-Codi de São Paulo em crueldade e número de mortos.

— Trata-se do maior centro de tortura da ditadura. Portanto, é fundamental que a gente o transforme em centro de memória, como quer a comissão — afirmou Capiberibe.

Os ex-presos políticos têm más lembranças do local.

— Eu estava aqui quando mataram o Jonas, como era conhecido o Virgílio Gomes da Silva. Tiraram-me do pau de arara para colocá-lo. Ele ficou horas agonizando antes

de morrer — disse o jornalista Antonio Carlos Fon. Apesar de reconhecer os locais onde foram torturados, todos os militantes que estiveram presentes foram unânimes em reconhecer que o prédio está bastante alterado.

— Está completamente desfigurado — afirmou Moacyr de Oliveira Filho.

Darci Miyaki, que militou na Ação Libertadora Nacional (ALN) e passou sete meses no DOI-Codi, disse que, juntos, os ex-presos políticos eram capazes de recriar o ambiente.

Novo Código Comercial será votado no dia 18

A comissão de juristas que está elaborando o anteprojeto de lei do novo Código Comercial decidiu transferir a votação do relatório para 18 de novembro, quando será realizado um seminário para divulgar a proposta. O vice-presidente da comissão, Alfredo de Assis Gonçalves Neto, elogiou o “trabalho incansável” do relator, Fábio Ulhoa Coelho, pelo cumprimento do prazo.

— É muito raro uma comissão desse porte concluir os trabalhos em período tão curto — avaliou.

Ontem, os juristas acrescentaram ao projeto dispositivo sobre falência transnacional, obrigando que o juízo falimentar estrangeiro mantenha informado o correspondente

brasileiro sobre qualquer alteração no processo. Em voto contrário, Márcio Souza Guimarães observou que a norma atribui obrigação a pessoa jurídica estrangeira e citou casos de subsidiárias brasileiras de empresas multinacionais que, apesar de não terem problemas financeiros no Brasil, acabaram afetadas pelas crises das matrizes.

Fast track

A modificação no *fast track* (registro rápido de sociedades de investimento estrangeiro que precisem exercer atividades no país) também provocou alguma controvérsia quanto ao valor da multa para o descumprimento do prazo para apresentação dos registros necessários e quanto

aos critérios para o cálculo. A garantia bancária e a multa correspondente foram fixados em 150 salários mínimos, sendo que os membros da comissão manifestaram temor de que o *fast track* pudesse perder a importância por cobrar multas insignificantes, ao mesmo tempo que ponderaram que os investidores de menor porte também devem ter acesso ao instrumento.

Outra mudança: o artigo 38 do anteprojeto, que determinava que a extensão dos efeitos da falência só pode ser decretada quando admitida a desconsideração da personalidade jurídica, foi movido para a Lei 11.101/2005 (Lei de Falências), considerado instrumento mais adequado. Foi aprovada ainda a vinculação entre a decretação da falência e a rejeição do plano de recuperação judicial. Formada por 19 juristas e presidida pelo ministro João Otávio Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a comissão iniciou os trabalhos em maio deste ano e o texto do anteprojeto foi submetido à consulta pública entre 19 de setembro e 18 de outubro, quando recebeu mais de 400 sugestões, todas avaliadas pelo relator.



Comissão de juristas que elabora o anteprojeto deve entregá-lo no prazo

Especialistas em segurança debatem unificação das polícias

A estrutura da polícia será debatida amanhã pela Comissão Especial de Segurança Pública, que tem o objetivo de propor soluções para o financiamento do setor. A comissão, presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e relatada por Pedro Taques (PDT-MT), foi instalada em 2 de outubro e tem 90 dias para propor um novo modelo de segurança pública.

Uma das propostas é a unificação das polícias militar e civil, atendendo à Constituição, segundo Taques. Ele tem dito que, apesar do trabalho importante da polícia, algo está errado quando os cidadãos têm negados os direitos de locomoção e de paz. Para o relator, a unificação deverá ser gradual, num período de cinco a dez anos. Os direitos adquiridos dos policiais atualmente em atividade seriam respeitados e os novos integrantes passariam a ser regidos por outras normas.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) discorda.

— Até começar a funcionar, são dez anos de crime correndo solto — disse.

Armando Monteiro (PTB-PE), que também é membro da comissão, considera complexa a questão e pede um debate mais aprofundado.



Pedro Taques diz que a unificação é exigida pela Constituição federal

Movimentos sociais e manifestantes afirmam que a PM recebe treinamento típico de forças armadas, o que é inadequado no momento em que os soldados têm de lidar com cidadãos em luta por direitos básicos. A forte repressão exercida durante os protestos de junho é objeto de muitas críticas.

Para o debate, foram convidados Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Renato Sérgio de Lima, membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Claudio Beato Filho, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Ana Amélia cobra do governo revitalização do Mercosul

Ana Amélia (PP-RS) afirmou ontem que barreiras comerciais impostas pela Argentina vêm prejudicando as exportações brasileiras para aquele país, em especial de empresas do Rio Grande do Sul. Ela cobrou do governo mais atenção para o Mercosul, cujo Parlamento cancelou a sessão desta semana porque Argentina e Paraguai comunicaram que não iriam. Para

a senadora, isso mostra a fragilidade atual do bloco econômico, atribuída por ela, em sua maior parte, ao comportamento da Argentina.

— A ausência de compromisso da Argentina com o Mercosul é uma demonstração cristalina, recorrente, do descaso dos principais integrantes do bloco com o comércio regional sul-americano — avaliou.

Acir Gurgacz: preço baixo do café prejudica produtores

Acir Gurgacz (PDT-RO) manifestou ontem a preocupação com a queda do preço do café no mercado internacional. O senador disse que a produção crescente fez com que o preço caísse mais de 35% nos últimos 12 meses. “O preço hoje é o menor dos últimos cinco anos”, registrou.

O cenário levou as cooperativas de produtores a



encaminharem ao governo federal 18 propostas, entre elas, leilão público, compra de insumos e implementos, construção de armazéns e renegociação de dívidas.

Segundo Gurgacz, muitos produtores estão estocando o café, aguardando a reação do mercado. Ele sugeriu que o governo garantisse um preço mínimo ou comprasse o produto.